

**PET na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.864 - DF  
(2007/0217814-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**  
**REQUERENTE** : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES  
FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
**ADVOGADO** : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E  
OUTRO(S) - DF016362  
**REQUERIDO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**INTERES.** : GERSON FERREIRA DE REZENDE  
**INTERES.** : GILMA MARIA DIAS  
**INTERES.** : JALES DIAS CARRIJO

**DECISÃO**

Por meio da Petição nº 00141234/2019 (fls. 341-343), o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL reporta-se à decisão que, ao julgar os embargos à execução por ele opostos, promoveu a exclusão de alguns dos substituídos em razão da constatação de litispendência (GASPAR BEZERRA DE CASTRO, GERALDO BORGES DA SILVA, GESU GONÇALVES PEREIRA, HELENI FRANCISCO DE JESUS, HELIO DE OLIVEIRA, HELIO DIVINO BASTOS, HILDA MARIA CURADO MOREIRA, HILDEBRANDO DE LIMA, ILDA DE PAULA ALBERNAR BEZERRA, IRACEMA DOS SANTOS MARRECA, IRAIDES RIBEIRO DOS SANTOS NEVES, ITALUZY NASCIMENTO, IVON MANUEL DE SOUZA, JACY XAVIER DE MACEDO, JESUS DINIZ, JOÃO BAPTISTA DIAS, JOÃO ELIAS FONSECA, JORNANDE JACINTO, JOSÉ DE SOUZA ARANTES, JOSÉ DEL DUQUI e JOSÉ INACIO DA FONSECA).

Nesse sentido, a autarquia federal executada pugna pelo arbitramento da verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor executado, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC, invocando, para tanto, o princípio da causalidade.

Afirma, ainda, que da decisão que determinou a expedição dos requisitórios de pagamento, com base nos cálculos elaborados pela CEJU, não foi intimado para se manifestar, razão pela qual pleiteia seja concedido o prazo de 60 (sessenta) dias para tal fim.

No tocante ao pedido de fixação de honorários sucumbenciais nesta oportunidade, **cumpra anotar que não merece ser acolhido.**

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior orienta-se no sentido de que "o trânsito em julgado de decisão omissa em relação à fixação dos honorários sucumbenciais impede o ajuizamento de ação própria objetivando à

fixação de honorários advocatícios, sob pena de afronta aos princípios da preclusão e da coisa julgada. Isto porque, na hipótese de omissão do julgado, caberia à parte, na época oportuna, requerer a condenação nas verbas de sucumbência em sede de embargos declaratórios, antes do trânsito em julgado da sentença" (REsp n. 1.743.845/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 26/11/2018).

Competia ao INSS, no momento adequado, ter aventado a omissão no acórdão que examinou os embargos à execução, ônus da qual não se desincumbiu, tendo o aludido *decisum* transitado em julgado. Uma vez determinada a expedição das requisições de pagamento, tem-se que **a questão não impugnada tempestivamente pelo ente público encontra-se preclusa.**

Ainda, confira-se: "É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que o trânsito em julgado de decisão omissa quanto aos honorários sucumbenciais, sem oportuna oposição de embargos declaratórios, impede o ajuizamento de posterior ação objetivando tal cobrança pelo advogado, sob pena de afronta aos princípios da preclusão e da coisa julgada" (AgRg no REsp n. 1.269.607/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 14/12/2015).

Diante do exposto, **indefiro** o pedido de arbitramento da verba honorária.

**Cumpra-se** a decisão de fls. 338-339, com destaque dos honorários advocatícios, se for o caso, e com valores devidamente atualizados até o efetivo pagamento.

Ressalto, contudo, que, ao invés de se proceder ao bloqueio da diferença entre os índices TR e IPCA-E, a expedição das requisições de pagamento deve ser feita com base no cálculo elaborado pela TR, ficando resguardada a possibilidade de expedição de precatório/RPV complementar para requisição dos valores relativos à referida diferença quando transitar em julgado o **RE 870.947/SE** (no qual se discute a aplicabilidade do índice de correção monetária às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública), observando eventuais modificações.

Outrossim, fica autorizada, desde já, a expedição de requisições de pagamento de valor complementar, nos termos acima expostos.

Ademais, esclareço que nos valores requisitados deverão ser computados juros de mora até a data da expedição das requisições, nos termos do que ficou decidido pelo STF no julgamento do RE 579.431/RS, apreciado pela sistemática da repercussão geral, que, analisando o Tema nº 96, fixou a tese de que *incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por fim, **defiro** o pedido de intimação do INSS para se manifestar quanto aos cálculos, porém, fixo o prazo **improrrogável** de 10 (dez) dias.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Presidente da Seção